



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 25 de fevereiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO	
G-20 avalia barrar entrada de corruptos nos países-membros.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO DO AMAPÁ	
Brasil quer Suframa em debate sobre projeto da rodovia litorânea de Macapa	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO	
Estados recorrem a bancos para pagar União	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO	
Inflação é prioridade, diz Tombini	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO	
Tombini diz que prioridade do BC é reduzir inflação	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO	
Sem competitividade - Governo dará incentivos a portos públicos	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE	
Desmatamento na Amazônia	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Manteiga busca investidores para a infraestrutura.....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAPÁ NO CONGRESSO	
Brasil pede a Sarney que SUFRAMA venha ao Amapá discutir projeto da rodovia Litorânea.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO G-20 avalia barrar entrada de corruptos nos países-membros		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Grupo dos 20 (G-20) estuda a possibilidade de barrar a circulação de corruptos e corruptores nos seus países-membros a partir da negativa de vistos e de refúgio. A proposta, encabeçada pelos Estados Unidos, é vista com reticências pelo Brasil. De acordo com documentos aos quais o Estado teve acesso, há falta de consenso dentro do governo sobre o tema, apesar da pressão internacional. Membros da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério das Relações Exteriores, da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Justiça nem conseguem definir quem seria afetado

G-20 avalia barrar entrada de corruptos nos países-membros, mas Brasil resiste

Alana Rizzo / Brasília

O Grupo dos 20 (G-20) estuda uma proposta para barrar a circulação de corruptos e corruptores nos seus países-membros a partir da negativa de vistos e de refúgio. A proposta, encabeçada pelos Estados Unidos, é vista com reticências no governo brasileiro.

O Estado teve acesso a documentos que relatam a falta de consenso dentro do governo em apresentar uma manifestação sobre o tema, apesar da pressão internacional. Desde o ano passado, membros da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério das Relações Exteriores, da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Justiça estão envolvidos no debate, considerado "sensível", "polêmico" e "difícil". As autoridades brasileiras não conseguem definir quem seria afetado pela medida.

Em 2012, os chefes de Estado ratificaram o compromisso de criar instrumentos para barrar a entrada de enquadrados nesse crime em seus territórios. Em junho, o grupo apresentará o primeiro relatório sobre a implantação da medida.

O Brasil quer parâmetros sobre quem se enquadraria no termo "corrupto" e quem sofreria as penalidades. Não há entendimento, entre as autoridades locais, sobre se a norma valeria apenas para condenados ou também para aqueles que não foram julgados. Discute-se, ainda, no âmbito do G-20 que a punição deveria se estender a familiares e associados dos corruptos, o que contraria a Constituição brasileira.

Também pesa nas discussões governamentais a tradição do País de não restringir acesso ao seu território. Os defensores da proposta, no entanto, sustentam que a negação de vistos e o controle migratório impedem que o corrupto gaste o dinheiro fruto do ilícito fora de seu país.

A medida teria reciprocidade e afetaria o universo de corruptos brasileiros que tentassem entrar nos países do G-20. Dados do Ministério Público Federal revelam que mais de 5 mil inquéritos foram abertos nos últimos anos para investigar práticas de corrupção no País. Cerca de 700 pessoas cumprem pena hoje no Brasil por esse crime.

No Supremo Tribunal Federal, há 17 inquéritos e ações penais contra parlamentares, e somente a Procuradoria Regional da República da 1.a Região denunciou cerca de 250 prefeitos nos últimos dois anos por esse crime. No julgamento do mensalão, concluído no final do ano passado, 20 dos 25 condenados foram sentenciados a penas por corrupção ativa ou passiva - entre eles o ex-ministro José Dirceu, o deputado federal José Genoíno e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Em pauta. Oficialmente, o governo nega qualquer tentativa de atrasar a proposta e afirma que o assunto está ainda em discussão. O Brasil tem até o próximo ano para debater o assunto, que ganhou força depois de os Estados Unidos alterarem sua legislação - autorizando a autoridade alfandegária a barrar a entrada de corruptos, familiares e pessoas associadas.

O tema também avança no Canadá, onde um projeto de lei criando restrições para o acesso ao território de pessoas corruptas já foi apresentado.

"A discussão existe e, por se tratar de um assunto sensível, está andando surpreendentemente bem. Estamos no ponto de definir a forma e operacionalizá-la. O Brasil já se comprometeu a analisar casos de corrupção como um critério na hora de concessão de vistos ou na entrada de estrangeiros em seu território. O que não vamos é abrir mão da soberania do País de decidir", afirma Hamilton Fernando Cota Cruz, assessor especial da CGU, responsável por coordenar as ações brasileiras sobre o tema no G-20. "Uma medida como essa é de grande inovação e ela tem o respaldo e a força dos líderes políticos das 20 maiores economias do mundo, que


assinaram a proposta. Não tem força de lei, mas tem força política."

Para o G-20, a corrupção ameaça a integridade dos **mercados**, destrói a confiança da sociedade e distorce alocações de recursos. O grupo anticorrupção tem representantes de todos os países e a Espanha como observadora.

Polêmica. "Muito mais eficaz do que barrar a entrada de corruptos nos países é a punição efetiva de quem é

corrupto e do corruptor", avalia Rodrigo Vitória, coordenador da unidade de Governança e Justiça do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Para ele, a medida esbarra em princípios constitucionais, como a presunção da inocência, e também na demora na validação de sentenças internacionais pelo Judiciário. "O cenário brasileiro está melhorando, mas ainda temos uma cultura de permissividade com a corrupção. A medida constrange, mas não é a melhor", avalia.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAPÁ	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil quer <u>Suframa</u> em debate sobre projeto da rodovia litorânea de Macapá		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O deputado estadual Manoel Brasil (PEN) articula a vinda ao Amapá, em março, do Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, para discutir a construção da rodovia Litorânea, em Macapá.

De acordo com projeto do parlamentar, a rodovia Litorânea interligará o Araxá à Fazendinha. A interligação exigirá uma gigantesca obra de engenharia, incluindo, nela, um espaço de praia sem alterar o curso do rio Amazonas.


Para discutir o assunto, Manoel Brasil requereu na Assembleia Legislativa a realização de uma audiência pública, na segunda quinzena de março. Do evento participarão autoridades federais, estaduais e do município de Macapá, principalmente ligadas ao comércio e ao turismo.

O deputado entende que para a consecução da rodovia Litorânea a Suframa é de importância primordial, uma vez que a autarquia tem ligações legais e estatutárias

com o Amapá e dispõe de recursos para obras de grande volume.

Para reforçar o convite da Assembleia Legislativa ao Superintendente Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, para participação dele na audiência pública de março, o deputado Manoel Brasil procurou o senador José Sarney, em Brasília, a quem pediu apoio no contato com o titular da Suframa.

“Esse projeto da rodovia Litorânea terá importância principalmente para o turismo local. Já marcamos uma audiência pública na Assembleia, e pedi ao presidente Sarney que ele faça gestões junto à Suframa para que garanta a presença do presidente dessa autarquia, no evento”, disse Brasil.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Estados recorrem a bancos para pagar União		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Contas públicas Troca de dívida oficial por empréstimo mais barato deu a SC e MT maior folga para investimento

Marta Watanabe

Enquanto o Congresso discute projeto do **Governo Federal**, que prevê a troca do indexador da dívida dos Estados com a União, alguns governos estaduais estão adotando uma solução alternativa para esses débitos. Mato Grosso e Santa Catarina obtiveram crédito em instituições financeiras para pagar parte da dívida e Rondônia publica hoje edital para começar a buscar empréstimos com o mesmo fim. Mato Grosso já pediu autorização ao Tesouro Nacional para abater nova fatia da dívida com a União.

Além do dinheiro mais barato, a troca da dívida com a União pelo empréstimo com o setor privado muitas vezes permite um período de carência para amortização, o que dá vantagem adicional para a operação. Com juros menores, uma parte menor da receita corrente líquida fica comprometida com pagamento da dívida.

Os Estados irão usar a folga financeira para investimentos. Com a operação de financiamento, Mato Grosso economizará R\$ 600 milhões nos primeiros três anos. Santa Catarina deve deixar de desembolsar R\$ 530 milhões no primeiro ano e Rondônia esperar uma vantagem de R\$ 180 milhões.

O governo de Rondônia publica hoje edital para buscar financiamento de R\$ 1,7 bilhão, destinado a pagar parte da dívida com a União, que soma atualmente R\$ 2,1 bilhões. A ideia, segundo o governador Confúcio Moura (PMDB), é trocar as taxas altas pagas à União - IGP-DI mais 6% - por condições melhores. "Hoje, temos desembolso mensal médio de R\$ 17 milhões com os juros à União. Se pudermos reduzir isso em R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões, teremos mais recursos para investimentos."

O governador estima que o prazo de carência para amortização do principal, que costuma ser oferecido em empréstimos por instituições financeiras privadas, também deverá contribuir para dar maior fôlego aos investimentos assim que o empréstimo for liberado. A expectativa é

conseguir prazo de carência de dois anos para o início da amortização.

Contabilizando o efeito da carência e da esperada redução de juros, Moura calcula que, nos primeiros 12 meses após a liberação dos recursos, o governo rondonense deixará de desembolsar perto de R\$ 184 milhões. A folga financeira será aplicada principalmente em projetos de saúde.

Mato Grosso foi o primeiro Estado a obter financiamento destinado ao pagamento de parte da dívida com a União. Em setembro o governo mato-grossense obteve financiamento de US\$ 478,96 milhões no Bank of America. Vivaldo Lopes, atual secretário-adjunto da Fazenda e coordenador da reestruturação da dívida no Estado, diz que o valor foi destinado a pagar integralmente o resíduo da dívida. O resíduo é o acúmulo dos valores que ultrapassaram o teto de comprometimento de desembolso para o pagamento da dívida. No caso de Mato Grosso, o teto é de 15% da receita corrente líquida.

Com o pagamento do resíduo, o desembolso do Estado caiu de 15% para 9% da receita corrente. Além disso, a parcela residual, que antes gerava custo de juros de IGP-DI mais 6% - total de cerca de 14% no ano passado -, agora custa 4,5% mensais, além da variação cambial. "A carência de 24 meses para amortização também gera melhor fluxo de caixa", diz Lopes.

Essas vantagens devem propiciar ao Estado, diz o secretário-adjunto, economia de R\$ 600 milhões nos três primeiros anos. Os recursos serão aplicados em investimentos em transportes, programas sociais e habitação.

O governo mato-grossense pretende ampliar a troca da dívida com a União por financiamento privado. Segundo Lopes, o Estado tem R\$ 4,3 bilhões em dívidas e pretende abater cerca de R\$ 2 bilhões com recursos de novo crédito externo, dessa vez do Credit Suisse. A negociação com o banco já foi feita e o Estado aguarda autorização da Secretaria do Tesouro Nacional. "Acreditamos que até março já tenhamos retorno."

O trâmite para esses financiamentos aos Estados é pedir a aprovação do Tesouro e depois a autorização do

Senado. O procedimento é necessário, porque a União entra como garantidora das operações.

O pedido de autorização para o financiamento do banco suíço foi encaminhado ao Tesouro por Mato Grosso em janeiro, quando já tramitava no Congresso o projeto de lei pelo qual o **Governo Federal** pode trocar o indexador da dívida dos Estados com a União. O projeto estabelece juros de 4% ao ano, mais a variação da inflação medida pelo IPCA, em vez de IGP-DI mais 6% a 9%. O teto seria a Selic.

"Como o assunto foi proposto como projeto de lei, deve demorar a ser resolvido. Se sair antes, iremos avaliar quais as condições são mais vantajosas para o Estado", diz Lopes. Ele sinaliza, porém, que há ainda preocupação em relação à evolução da Selic. "Hoje, está em 7,25%, mas pode chegar a 9% ou até 12%", diz.

O governo catarinense prefere esperar a discussão em torno do projeto de lei antes de tomar iniciativa de uma segunda operação de crédito, para remover mais um pedaço da dívida com a União. Em dezembro do ano passado, o Estado de Santa Catarina foi autorizado pelo Senado a pegar empréstimo de US\$ 726,5 milhões - também com o Bank of America - destinados a quitar o resíduo da dívida do Estado com a União. Em vez de IGP-DI mais 6% para a União sobre esse valor, o Estado passou a pagar ao banco 4% de juros mais variação cambial.

"O Estado antes desembolsava 13% da receita corrente líquida com a dívida. Com a operação, o comprometimento caiu para 7,8%", diz Nelson Serpa, secretário da Casa Civil, que, no ano passado, coordenou a negociação com o Bank of America. A diminuição da fatia comprometida, somada à carência de 24 meses para amortização e à redução dos juros, deve gerar em 2013 uma redução de desembolso de R\$ 530 milhões.

O valor, segundo Serpa, deve ser usado como contrapartida do Estado para financiamentos do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico Social (**BNDES**), em investimentos de infraestrutura, educação e defesa civil, entre outros.

Com a quitação do resíduo, a dívida catarinense, diz Serpa, fica próxima a R\$ 7,3 bilhões. A ideia, ao menos inicial, porém, não é buscar novo financiamento para quitar parte desse débito. O secretário considera que a proposta do **Governo Federal** para trocar o indexador da dívida pode ser interessante para o Estado, embora demande algumas mudanças. Santa Catarina ainda estuda o assunto, diz Serpa, mas ele acredita a redução do comprometimento da dívida em relação à receita corrente líquida será proposta.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Inflação é prioridade, diz Tombini		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A prioridade do Banco Central é combater a inflação e não estimular o crescimento, disse ao "The Wall Street Journal" o presidente do BC brasileiro, Alexandre Tombini. "Nossa meta é a inflação, então temos que ajustar e calibrar nossas políticas para atingir nossos objetivos; o crescimento não é meta do Banco Central."

Tombini diz que prioridade do BC é reduzir inflação

Por Erin McCarthy e Brian Baskin | The Wall Street Journal

A prioridade do Banco Central é combater a inflação e não estimular o crescimento, disse seu presidente numa entrevista dias antes da reunião do Comitê de Política Monetária para definir a taxa básica de juros, apesar das dificuldades da economia brasileira de interromper um longo ciclo de crescimento lento.

A economia do Brasil cresceu 1% em 2012, bem menos que os 7,5% de 2010. Ao mesmo tempo, a inflação anualizada bateu em 6,2% em meados de fevereiro, perto do máximo que o governo havia dito que permitiria.

Analistas dizem que a percepção de que há políticas conflitantes para estimular a economia do país e conter a inflação causou confusão no mercado e valorizou o real consideravelmente em poucos meses.

"Nossa meta é a inflação, então temos que ajustar e calibrar nossas políticas para atingir nossos objetivos", disse Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, ao The Wall Street Journal. "O crescimento não é uma meta do Banco Central."

Embora poucos economistas esperem que o BC eleve a taxa de juros, que está no mínimo histórico de 7,25% ao ano, quando Tombini e outros membros do Copom se reunirem na próxima semana, alguns dizem que o banco poderia sinalizar que está cogitando elevar os juros no futuro se a inflação continuar ameaçando.

"A inflação nos últimos meses se mostrou mais resistente do que gostaríamos", disse Tombini no sábado. "Estamos monitorando os desdobramentos atentamente."

Os mercados provavelmente verão com bons olhos qualquer sinal de que o BC está atacando a inflação, dizem os analistas.

O governo "concluiu que a percepção da credibilidade da política [econômica] estava muito baixa e começou a se esforçar para tentar resolver isso", disse David Beker, economista para o Brasil do Bank of America Merrill Lynch, em São Paulo.

Essas preocupações levaram alguns investidores estrangeiros a preferir outros mercados emergentes, inclusive o México, complicando as tentativas do Brasil de elevar o investimento a caminho da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A bolsa brasileira caiu 3% no mês até agora, sendo que havia despencado 20,5% nos últimos 12 meses, segundo a MSCI.

"É por isso que o desempenho do Brasil está baixo", diz Kathryn Rooney Vera, estrategista de macroeconomia da Bulltick Capital Markets. "Política de risco é importante [devido ao] perigo do descontrole inflacionário e dos danos que ele pode causar."

Tombini disse que a inflação permanece teimosamente alta por causa do aumento dos preços dos alimentos no ano passado e da desvalorização acentuada do real, que caiu 10% em relação ao dólar em 2012. Ele disse que não espera que a moeda tenha o mesmo comportamento este ano. "Não vejo o mercado afetando o real da mesma forma", disse ele.

O Brasil tem estado à frente da chamada guerra cambial, em que bancos centrais do mundo todo estão tentando enfraquecer suas moedas para manter suas economias competitivas. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi um dos primeiros a usar o termo, em 2010, depois da crise financeira, e o governo vem adotando controles específicos de capital para reduzir a entrada de recursos.

Mas Tombini disse que o Brasil tem problemas mais graves para resolver. "Não creio que o Brasil deva entrar nesta guerra no momento", disse.

O BC brasileiro fez intervenções no mercado para manter o câmbio na faixa de R\$ 2,00 a R\$ 2,10 o dólar

durante boa parte do segundo semestre de 2012. A moeda brasileira, contudo, vem oscilando entre cerca de R\$ 1,95 e R\$ 2,14 por **dólar** desde dezembro, o que fez alguns investidores cogitarem que o BC estaria usando o câmbio como ferramenta de política monetária para ajudar a economia a se recuperar e para combater a inflação. Tombini disse que esta é uma ideia equivocada.

"Nada disso é a realidade", disse ele. "[A] taxa de câmbio não é um instrumento nem para combater inflação nem para promover um crescimento econômico sustentável." O BC pode intervir no **mercado** de câmbio para impedir uma volatilidade excessiva da moeda, acrescentou ele.


Taxas de juros baixíssimas no mundo desenvolvido e programas de compras de ativos de alguns **importantes** bancos centrais, inclusive o americano, resultaram numa

enxurrada de liquidez nos **mercados** financeiros globais - provocando grandes fluxos de capital para países de juros altos, como o Brasil.

Apesar dessas iniciativas, "o crescimento [mundial] continuará lento por um tempo", disse Tombini, acrescentando, porém, que ele vê menos riscos de um choque na economia mundial.

Autoridades em todo o mundo, entretanto, terão que garantir que a reversão dessas políticas de relaxamento monetário e o enxugamento do excesso de liquidez ocorram sem problemas.

"A preocupação daqui para frente será como o mundo vai sair desta [...] nova ordem", disse ele. (Colaborou Matthew Cowley.)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Tombini diz que prioridade do BC é reduzir inflação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Erin McCarthy e Brian Baskin | The Wall Street Journal

A prioridade do Banco Central é combater a inflação e não estimular o crescimento, disse seu presidente numa entrevista dias antes da reunião do Comitê de Política Monetária para definir a taxa básica de juros, apesar das dificuldades da economia brasileira de interromper um longo ciclo de crescimento lento.

A economia do Brasil cresceu 1% em 2012, bem menos que os 7,5% de 2010. Ao mesmo tempo, a inflação anualizada bateu em 6,2% em meados de fevereiro, perto do máximo que o governo havia dito que permitiria.

Analistas dizem que a percepção de que há políticas conflitantes para estimular a economia do país e conter a inflação causou confusão no mercado e valorizou o real consideravelmente em poucos meses.

"Nossa meta é a inflação, então temos que ajustar e calibrar nossas políticas para atingir nossos objetivos", disse Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, ao The Wall Street Journal. "O crescimento não é uma meta do Banco Central."

Embora poucos economistas esperem que o BC eleve a taxa de juros, que está no mínimo histórico de 7,25% ao ano, quando Tombini e outros membros do Copom se reunirem na próxima semana, alguns dizem que o banco poderia sinalizar que está cogitando elevar os juros no futuro se a inflação continuar ameaçando.

"A inflação nos últimos meses se mostrou mais resistente do que gostaríamos", disse Tombini no sábado. "Estamos monitorando os desdobramentos atentamente."

Os mercados provavelmente verão com bons olhos qualquer sinal de que o BC está atacando a inflação, dizem os analistas.

O governo "concluiu que a percepção da credibilidade da política [econômica] estava muito baixa e começou a se esforçar para tentar resolver isso", disse David Beker, economista para o Brasil do Bank of America Merrill Lynch, em São Paulo.

Essas preocupações levaram alguns investidores estrangeiros a preferir outros mercados emergentes, inclusive o México, complicando as tentativas do Brasil de elevar o investimento a caminho da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A bolsa brasileira caiu 3% no mês até agora, sendo que havia despencado 20,5% nos últimos 12 meses, segundo a MSCI.

"É por isso que o desempenho do Brasil está baixo", diz Kathryn Rooney Vera, estrategista de macroeconomia da Bulltick Capital Markets. "Política de risco é importante [devido ao] perigo do descontrole inflacionário e dos danos que ele pode causar."

Tombini disse que a inflação permanece teimosamente alta por causa do aumento dos preços dos alimentos no ano passado e da desvalorização acentuada do real, que caiu 10% em relação ao dólar em 2012. Ele disse que não espera que a moeda tenha o mesmo comportamento este ano. "Não vejo o mercado afetando o real da mesma forma", disse ele.

O Brasil tem estado à frente da chamada guerra cambial, em que bancos centrais do mundo todo estão tentando enfraquecer suas moedas para manter suas economias competitivas. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi um dos primeiros a usar o termo, em 2010, depois da crise financeira, e o governo vem adotando controles específicos de capital para reduzir a entrada de recursos.

Mas Tombini disse que o Brasil tem problemas mais graves para resolver. "Não creio que o Brasil deva entrar nesta guerra no momento", disse.

O BC brasileiro fez intervenções no mercado para manter o câmbio na faixa de R\$ 2,00 a R\$ 2,10 o dólar durante boa parte do segundo semestre de 2012. A moeda brasileira, contudo, vem oscilando entre cerca de R\$ 1,95 e R\$ 2,14 por dólar desde dezembro, o que fez alguns investidores cogitarem que o BC estaria usando o câmbio como ferramenta de política monetária para ajudar a economia a se recuperar e para combater a inflação. Tombini disse que esta é uma ideia equivocada.

"Nada disso é a realidade", disse ele. "[A] taxa de câmbio não é um instrumento nem para combater inflação nem para promover um crescimento econômico sustentável." O BC pode intervir no mercado de câmbio para impedir uma volatilidade excessiva da moeda, acrescentou ele.


Taxas de juros baixíssimas no mundo desenvolvido e programas de compras de ativos de alguns importantes bancos centrais, inclusive o americano, resultaram numa enxurrada de liquidez nos mercados financeiros globais - provocando grandes fluxos de capital para países de juros altos, como o Brasil.

Apesar dessas iniciativas, "o crescimento [mundial] continuará lento por um tempo", disse Tombini, acrescentando,

porém, que ele vê menos riscos de um choque na economia mundial.

Autoridades em todo o mundo, entretanto, terão que garantir que a reversão dessas políticas de relaxamento monetário e o enxugamento do excesso de liquidez ocorram sem problemas.

"A preocupação daqui para frente será como o mundo vai sair desta [...] nova ordem", disse ele. (Colaborou Matthew Cowley.)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO Sem competitividade - Governo dará incentivos a portos públicos	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro faz nova concessão a portuários

Secretaria acena com benefícios aos terminais estatais para vencer a resistência dos sindicatos à Medida Provisória, que busca abrir o setor à iniciativa privada

Depois de assegurar que não aceleraria as licitações de terminais antes de 15 de março, para garantir as negociações com os portuários, o governo já assume que poderá oferecer mais incentivos aos portos públicos para aliviar a forte pressão dos sindicatos de portuários à aprovação da Medida Provisória (MP) 595, que reformula o setor. Mais incentivos fiscais ou investimentos diretos nesses portos podem implicar num esforço maior do **Governo Federal**, inclusive orçamentário, com o objetivo de deslançar o projeto. Para assegurar a competitividade dos atuais portos, o governo já previu um novo Plano Nacional de Dragagem de R\$ 3,8 bilhões, além de R\$ 2,6 bilhões em acessos terrestres. Na opinião do ministro Leônidas Cristino, da Secretaria dos Portos, não houve recuo, mas um acordo que mantém a essência do projeto.

Nova concessão a portuário

Após ceder em prazo de licitações, governo estuda dar incentivos a terminais públicos

Danilo Fariello

sem competitividade

BRASÍLIA Além de assegurar que não aceleraria as licitações de terminais antes de 15 de março, até quando permanecerão abertas as negociações com os trabalhadores portuários, o governo já assume que poderá oferecer mais incentivos aos portos públicos existentes, como forma de aliviar a forte oposição dos sindicatos de portuários à aprovação da Medida Provisória (MP) 595, que reformula o setor. Com mais incentivos fiscais ou investimentos diretos nesses portos, seria possível manter a essência do que foi proposto - oferecer mais competitividade ao setor com a liberalização de construção de terminais privados com custos menores ao usuário - e atenuar o temor dos sindicatos de que percam empregos e representação para os novos concorrentes.

A partir de hoje, o governo começará a analisar sete propostas principais apresentadas pelas centrais sindicais e

federações de trabalhadores na semana passada. A ideia é dar uma resposta já na sexta-feira, em nova reunião que deverá contar com o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), relator da MP 595. Entre as propostas apresentadas pelos trabalhadores, está a adoção integral a Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura direitos para os funcionários dos portos.

O governo quer chegar a uma arbitragem entre o pedido de mais direitos trabalhistas e a possibilidade de oferecer mais competitividade aos portos públicos. Essas mudanças, porém, podem implicar um esforço maior do **Governo Federal**, inclusive orçamentário, para superar resistências e fazer o projeto deslançar. Para assegurar a competitividade dos atuais portos, o governo já previu, entre outros projetos, um novo Plano Nacional de Dragagem de R\$ 3,8 bilhões, além de R\$ 2,6 bilhões em acessos terrestres.

- Não houve um recuo, mas um acordo. Poderemos alterar aquilo que trouxe maior competitividade para os portos brasileiros, sem perder a essência do que propusemos - disse ao GLOBO Leônidas Cristino, ministro da Secretaria dos Portos.

setor privado se reúne para discutir MP

Mudanças que venham a melhorar as condições dos portos públicos também devem ajudar os empresários do setor a saírem em apoio à MP 595, o que ainda não ocorreu de forma ordenada. Os representantes do setor privado têm uma reunião marcada para esta semana para definir uma posição conjunta sobre o texto, que não foi obtida na semana passada. Hoje, a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Cristino receberão no Palácio do Planalto o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Wilem Manteli.

Cristino lembrou que, no programa original, já foram adotadas medidas para aumento da eficiência e redução dos portos públicos atuais, como programas de inteligência para aumento de capacidade, melhorias na gestão das docas e das autoridades portuárias, além do investimento de R\$ 6,4 bilhões em dragagem e acessos terrestres.

- Somos razoáveis. Se for para melhorar a MP, vamos adotar - disse o ministro. - Já identificamos muita coisa que

podemos melhorar para preservar os portos públicos, mas, se tiverem ideias boas, nós adotaremos.

Entre os mais de 120 arrendamentos que serão licitados, 42 são novos e estão localizados nos portos públicos, o que, segundo Cristino, significará maior movimentação de carga e, por consequência, mais empregos para os portuários.

No acordo de sexta-feira, ficou decidido que o governo não cobraria a multa de R\$ 200 mil permitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) dos sindicatos, mas os

representantes comprometeram-se a não parar novamente amanhã, como chegou a ser anunciado.

Segundo Cristino, apesar de a MP estar em discussão no Congresso, parte do pacote apresentado pelo governo em dezembro "já está andando". Na semana passada, foi promovida a primeira reunião da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP) e, hoje, começam as discussões da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), entidade formada para pensar de maneira integrada os portos, com a participação de nove **Ministérios**.


	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Desmatamento na <u>Amazônia</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A primeira região amazônica a ser mapeada pelo Inventário Floresta Nacional (IFN) é conhecida como Arco do Desmatamento, entre Pará, Rondônia e Mato Grosso. Os três estados respondem por 79% dos 35km² desmatados na Amazônia Legal em janeiro deste ano, de acordo com o Boletim do Desmatamento do Imazon. Nas medições realizadas entre agosto de 2012 e janeiro de 2013, as unidades da Federação foram responsáveis por 1.108km² de devastação, ou 86% do registrado na Amazônia Legal, e por 1.004km² de áreas degradadas, 96% do total. A região, no entanto, não é a única que merece atenção. No período, foram registrados 156km² de desmatamento no Amazonas, aumento de 192% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a realização do IFN, serão analisados sete mil pontos amostrais em toda a Amazônia Legal, região

correspondente a 59% do território nacional influenciados pela Bacia Amazônica e pela área de ocorrência da Floresta Amazônica.

Em janeiro, o MMA firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que destinou R\$ 65 milhões para a etapa amazônica do IFN. A estimativa do Serviço Florestal Brasileiro é de que mais de cinco mil profissionais deverão trabalhar na realização do inventário em todo o país, até 2016, com custo previsto em R\$ 150 milhões. Para a etapa no cerrado, foram disponibilizados US\$ 10 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega busca investidores para a infraestrutura		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministro da Fazenda viaja hoje a Nova York, onde participa de fórum para expor oportunidades


O ministro da Fazenda, Guido Mantega, embarca hoje para Nova York, nos Estados Unidos, onde participa de um fórum de infraestrutura sobre o Brasil e as oportunidades de investimento no país. O encontro ocorre na terça-feira (26). Na quarta-feira (27), ele se reúne com investidores e depois retorna ao Brasil.

As mesmas opções de investimento já foram apresentadas a empresários em São Paulo no começo do mês. Agora, além de Nova York, Londres também está no roteiro de debates sobre o cenário macroeconômico e as oportunidades de investimento no Brasil. Na capital britânica, em 110; de março, Mantega deve ser substituído pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, na rodada que vai mostrar as oportunidades de investimentos no Brasil a

empresários. O ministro teria cancelado essa segunda parte da viagem para não ficar muito tempo fora do Brasil.

Além de apresentar oportunidades de investimento, as palestras servirão para esclarecer dúvidas sobre projetos, leilões e procedimentos a serem seguidos pelos empresários interessados, segundo as informações divulgadas em nota pela assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda. No leque de projetos estão a expansão da infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, além de obras nas áreas de energia e exploração de petróleo.

No último dia 22, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse que o governo estuda medidas para aumentar a participação de bancos privados no financiamento de grandes obras de infraestrutura.

	VEÍCULO AMAPÁ NO CONGRESSO		EDITORIA
	TÍTULO Brasil pede a Sarney que <u>SUFRAMA</u> venha ao Amapá discutir projeto da rodovia Litorânea		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O deputado estadual Manoel Brasil (PEN) esteve durante a semana em Brasília cumprindo vários compromissos. Dentre eles junto ao senador José Sarney onde entregou ofício solicitando apoio para que o presidente da SUFRAMA venha ao Amapá, participar de uma audiência pública no plenário da assembléia Legislativa, que acontecera na segunda quinzena de março. A finalidade é a de debater com a

Suframa o projeto da construção da Rodovia Litorânea. “Esse projeto da rodovia Litorânea, já conversei com Sarney ressaltando a importância que ela terá para o turismo, e a Suframa dispõem de recursos para obras de grande volume como este, daí já marcamos uma audiência pública na assembléia e pedi ao presidente Sarney através de um documento, para que ele faça gestões junto a Suframa pra que ela garanta presença neste evento” disse Brasil.